

estudos e pesquisas

nº 94 – 7 de julho 2020

A covid-19 e os trabalhadores do Comércio

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A covid-19 e os trabalhadores do Comércio

Introdução

A economia brasileira vem enfrentando recessão e pífio crescimento desde o último quadrimestre de 2014. O Produto Interno Bruto (PIB) encolheu cerca de 7% nos anos 2015 e 2016 e cresceu perto de 1% em 2017, 2018 e 2019. Este último ano, primeiro do atual governo, começou com projeção de expansão da economia próxima dos 3%; mas, à medida que o calendário avançava, o crescimento estimado pelo ministro da economia era reduzido e o PIB efetivo fechou em apenas 1,1%.

Em 2020, apesar de mais uma vez o governo começar o ano fazendo projeções otimistas para o crescimento do PIB, na casa dos 2,5%, a divulgação da queda de 1,5% no PIB no 1º trimestre evidenciou que o desempenho da economia já vinha aquém do esperado antes dos efeitos provocados pelo novo coronavírus¹. No 1º trimestre de 2020, o consumo das famílias caiu 2% ante o 4º trimestre de 2019 e o PIB do comércio registrou retração de 0,8%, também em relação ao trimestre anterior.

A pandemia encontrou uma economia enfraquecida devido à baixa taxa de investimento, elevada ociosidade, precarização do mercado de trabalho e crescimento das desigualdades sociais, em razão das políticas neoliberais implementadas desde 2016 e aprofundadas no atual governo. A situação de variáveis que influenciam o consumo - emprego, renda, crédito, juros e confiança - já apresentava debilidade nos primeiros meses do ano e se agravou profundamente com a pandemia.

A este cenário, por si só adverso, soma-se a forma desastrosa com que o presidente da República vem tratando a crise sanitária, a falta de coordenação por parte do governo federal e a insuficiência das políticas públicas para proteger a vida, preservar os empregos e a renda e apoiar as empresas, diante da calamidade decorrente da pandemia.

¹ Como a pandemia da Covid-19 foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, o estado de calamidade pública foi decretado no país em 20 de março de 2020 e as decretações de quarentena nos estados e municípios datam da segunda quinzena de março, é certo que os impactos da crise sanitária na economia só foram sentidos integralmente a partir do mês de abril e, portanto, serão observados no PIB do 2º trimestre e dos períodos seguintes.

Para recuperar o consumo é necessário não só promover políticas de emprego e renda para as famílias, mas também garantir que as pessoas se sintam seguras e confiantes. É preciso ter um plano de gestão da pandemia, construído por meio de amplo diálogo social, que proteja as vidas e a economia, que diminua as incertezas e aponte soluções confiáveis e saídas seguras enquanto a vacina não chega.

Apesar de ainda não ser possível dimensionar os principais impactos desta crise, sobretudo em função das incertezas quanto ao próprio tempo de duração da pandemia e também da disponibilidade de dados, é certo que se trata de uma das maiores, senão a maior, crise econômica da história mundial. Estimativa do DIEESE, publicada já em março de 2020², apontava que o PIB brasileiro em 2020 poderia sofrer uma queda de 8,5%, adicionando milhões de pessoas ao total de desempregados, subocupados e desalentados.

Nesse contexto, este número da série Estudos e Pesquisas (EP) busca analisar a partir de um conjunto de indicadores o setor do comércio e das condições de trabalho da categoria comerciária e, assim, subsidiar as ações do Fórum dos Trabalhadores do Comércio criado pelas Centrais Sindicais – CUT, UGT, FS, CTB, NCST e CSB – em maio de 2020, visando a construção de uma agenda unitária e o desenvolvimento de ações articuladas no enfrentamento da crise do coronavírus, na defesa da vida, dos empregos, dos direitos e da democracia.

A importância do comércio na economia

A relevância do comércio para a economia brasileira pode ser vista através do tamanho da força de trabalho empregada no setor, do volume de vendas e do peso na composição do Produto Interno Bruto (PIB) – o setor do comércio responde por 12% do PIB.

Composto por três grandes segmentos – varejo, atacado e veículos –, o setor incorpora desde grandes redes nacionais e internacionais até uma imensa quantidade de micro e pequenos estabelecimentos familiares. Cabe salientar que os micro e pequenos

negócios, além de gerarem a maior parte dos empregos do setor, não raro, são a única fonte de renda das famílias proprietárias.

No 1º trimestre de 2020, o Brasil contava com **15,6 milhões de comerciários**, entre trabalhadores assalariados (com carteira e sem carteira), trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares, o que correspondia a **17% dos trabalhadores ocupados no país**, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNADc/IBGE).

O setor demanda grande número de trabalhadores e, em especial, atrai muitos jovens por possibilitar a inserção em funções não especializadas e que não requerem maiores qualificações ou experiência anterior. Ao mesmo tempo, é um setor conhecido pelo alto grau de flexibilidade nas condições e relações de trabalho, elevada taxa de informalidade (cerca de 33%), altas taxas de rotatividade (em torno de 64%²) e grande número de trabalhadores submetidos a extensas jornadas e baixos rendimentos.

Desempenho das Vendas (até abril de 2020)

As vendas já estavam fracas por conta da baixa renda disponível e do fechamento da grande maioria dos estabelecimentos de rua e dos *shoppings centers*, a partir da segunda metade de março; o comércio varejista não escapou da queda no mês de abril. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC/IBGE), **o volume de vendas caiu 17,5% de março para abril de 2020 e recuou 27,1% na comparação com abril de 2019; queda recorde na série histórica iniciada em janeiro de 2004** (Tabela 1). Diferentemente dos resultados do mês de março, quando houve um pico de compra de alimentos e outros itens básicos, como reação às medidas de isolamento social; em abril, os dados da PMC/IBGE mostram que todos os 10 segmentos do comércio registraram

² <https://www.dieese.org.br/livro/2014/rotatividadeSetorial.pdf>

reduções nas vendas em termos reais (já descontada a inflação). **No acumulado do ano, a queda nas vendas é menos intensa (-6,9%); e, no acumulado em 12 meses, ainda se verifica crescimento de 0,8%.**

Dentre as atividades consideradas essenciais e que não foram interrompidas, o segmento do varejo que apresentou a menor retração em abril foi o de material de construção (-1,8%). **Supermercados e Farmácias, que apresentaram crescimento de vendas no início da crise sanitária, tiveram quedas de 11,8% e 17,0% em abril, respectivamente.** Assim como no mês de março, as maiores quedas nas vendas em abril foram nos segmentos de Tecidos, vestuário e calçados (-60,6%), Livros, jornais, revistas e papelerias (-43,4%), Veículos e autopeças (-36,2%) e Materiais de escritório e informática (-29,5%).

Quando comparado com abril do ano passado, o comércio varejista caiu 16,8% e o recuo atingiu sete das oito atividades pesquisadas. As atividades com queda foram Tecidos, vestuário e calçados (-75,5%), Livros, jornais, revistas e papeleria (-65,6%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-45,6%), Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-45,4%), Móveis e eletrodomésticos (-35,8%), Combustíveis e lubrificantes (-25,3%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-9,7%). Já Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (4,7%) foi o único setor que mostrou aumento, mas em menor intensidade que em março (11,0%).

TABELA 1
Volume de vendas no comércio segundo grupos de atividades - %
Brasil – Abril/2020

Segmentos	Mês/mês anterior (1)			Mês/Igual mês do ano anterior			Acumulado	
	Taxa de variação (%)			Taxa de variação (%)			Taxa de variação (%)	
	FEV	MAR	ABR	FEV	MAR	ABR	No ano	12 meses
Comércio varejista (2)	0,50	-2,10	-16,80	4,70	-1,20	-16,80	-3,00	0,70
Combustíveis e lubrificantes	-0,50	-11,20	-15,00	0,40	-9,90	-25,20	-8,90	-2,10
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,30	14,20	-11,80	4,00	11,00	4,70	4,20	1,80
Hipermercados e supermercados	1,20	15,40	-11,70	4,10	12,00	5,80	4,70	2,10
Tecidos, vestuário e calçados	1,50	-42,30	-60,60	0,80	-39,70	-75,60	-28,50	-7,60
Móveis e eletrodomésticos	2,00	-26,10	-20,30	11,80	-12,20	-35,90	-6,00	2,20
Móveis	-	-	-	7,70	-10,70	-40,60	-8,20	2,80
Eletrodomésticos	-	-	-	12,10	-12,50	-33,50	-5,10	1,90
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	0,70	1,40	-17,00	7,80	12,00	-9,70	4,30	6,20
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,00	-37,00	-43,40	-7,50	-33,60	-65,60	-19,10	-16,00
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,30	-14,30	-29,50	-12,80	-23,20	-45,40	-21,90	-7,00
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,50	-27,40	-29,50	8,70	-18,00	-45,60	-12,30	0,40
Comércio varejista ampliado (3)	0,50	-13,70	-17,50	3,00	-6,40	-27,10	-6,90	0,80
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,00	-36,70	-36,20	0,00	-21,20	-57,80	-17,80	1,30
Materiais de construção	0,00	-17,30	-1,80	-1,90	-7,50	-20,80	-7,10	0,70

Fonte: IBGE, diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria

(1) Séries com ajuste sazonal

(2) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8

(3) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10

Elaboração: DIEESE

Todas as 27 unidades federativas apresentaram decréscimos no volume de comércio, ao comparar abril de 2020 com o mesmo mês do ano anterior, sendo que as maiores quedas ocorreram no Amapá (-31,6%), Espírito Santo (-23,4%) e São Paulo (-23,3%), com variação mais baixa que a do varejo total (Tabela 2).

TABELA 2
Volume de vendas no comércio segundo Unidade da Federação %
Brasil – Abril/2020

Brasil e Unidades da Federação	Mesmo mês do ano anterior ABR	Acumulados	
		No ano JAN-ABR	Em 12 meses Até ABR
Brasil	-17,5	-6,9	0,8
Rondônia	-18,6	-11,4	-3,1
Acre	-10,8	-8,2	0,0
Amazonas	-22,0	-5,2	3,6
Roraima	-4,9	-1,3	4,3
Pará	-17,2	-0,9	4,1
Amapá	-31,6	-9,4	15,8
Tocantins	-7,5	1,8	6,7
Maranhão	-6,6	-8,6	-2,9
Piauí	-22,0	-12,0	-6,8
Ceará	-23,0	-11,8	-1,3
Rio Grande do Norte	-14,0	-9,4	-2,5
Paraíba	-17,7	-4,3	-0,4
Pernambuco	-19,3	-9,2	-0,8
Alagoas	-19,6	-6,7	-1,0
Sergipe	-8,5	-12,5	-5,0
Bahia	-16,5	-12,0	-1,5
Minas Gerais	-14,7	-4,5	1,5
Espírito Santo	-23,4	-3,8	1,9
Rio de Janeiro	-18,9	-7,0	-0,9
São Paulo	-23,3	-6,7	1,7
Paraná	-14,3	-5,6	0,5
Santa Catarina	-1,9	-5,2	6,1
Rio Grande do Sul	-9,1	-10,3	-2,2
Mato Grosso do Sul	-5,5	-5,0	-0,6
Mato Grosso	-4,9	-2,9	3,8
Goiás	-19,5	-6,3	-0,1
Distrito Federal	-14,0	-8,3	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Elaboração: DIEESE

Vendas on-line aceleram com a pandemia

A crise provocada pela pandemia e a necessidade do isolamento social para contenção da propagação do vírus atinge toda a economia, porém seus impactos não são lineares nem homogêneos. A crise para alguns negócios torna-se oportunidade para outros, é o caso, por exemplo, do comércio eletrônico, que tem crescido neste período. A pandemia tem acelerado transformações nas estratégias das empresas e nos hábitos de consumo das famílias.

Nesse contexto, os varejistas estão intensificando e aprimorando sua presença digital. Grandes redes têm investido na ampliação das suas plataformas eletrônicas para atender ao crescimento deste tipo de venda. Muitos canais de *whatsapp* foram criados durante a pandemia para impulsionar o consumo; e, essa modalidade, para algumas redes³, já representa 20% das vendas. As plataformas digitais – *sites* e aplicativos – também têm sido aperfeiçoadas para alavancar as vendas via *smartphones*, ampliando vantagens econômicas, financeiras e fiscais frente às formas tradicionais de negócios. Assim, as vendas *on-line* podem ganhar um forte estímulo em 2020 e registrar taxas ainda maiores do que já vinham registrando nos últimos anos.

No 1º trimestre de 2020, segundo o relatório NeoTrust⁴ o faturamento do comércio eletrônico no Brasil alcançou R\$ 20,4 bilhões, alta de 26,7% em relação a igual período do ano anterior (Gráfico 3). Em 2019, mesmo com a economia crescendo apenas 1,1%, as vendas *on-line* no Brasil aumentaram 22,7% e faturaram R\$ 75,1 bilhões, somando 178,5 milhões de pedidos via *internet* (Gráficos 1 e 2). Embora ainda seja relativamente pequena a participação no comércio total (5,4%), as taxas de crescimento das vendas via *internet* nos últimos anos são impressionantes, superando sempre os percentuais registrados para o comércio como um todo.

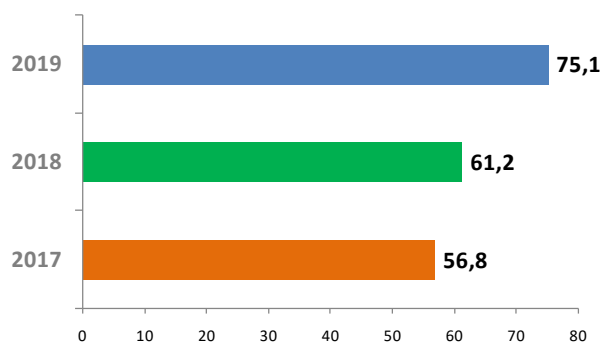
³ É o caso do app Me Chame do Zap das Casas Bahia.

⁴ <https://www.compreconfie.com.br/relatorio-neotrust>

A busca por vender mais e para mais pessoas a um custo menor tem sido a grande estratégia dos varejistas. Para o varejo, a venda pela *internet* representa expressiva redução de custos operacionais e força de trabalho. Para o consumidor significa a loja “aberta 24 horas por dia”; a oportunidade de pesquisar, comparar preços, vantagens e serviços; e, ter acesso a uma gama maior de produtos e preços mais atrativos.

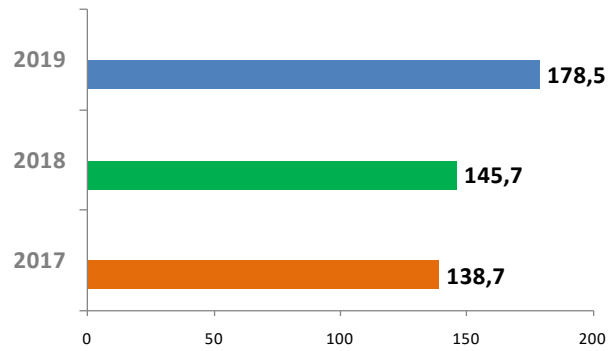
O desenvolvimento tecnológico, a globalização, a inclusão digital e, agora, a pandemia da covid-19, encurtaram distâncias, o que ampliou as possibilidades, para os consumidores, de aquisição de produtos de fornecedores de qualquer lugar do mundo e acelerou a expansão do comércio eletrônico, tornando imprescindível que as novas transformações do trabalho sejam reguladas de maneira favorável aos trabalhadores. Além disso, a legislação tributária e a capacidade de fiscalização precisam acompanhar a mudança da realidade econômica. É importante trazer esse debate para a sociedade, para os comerciários e para o movimento sindical, visando novas estratégias de ação para o enfrentamento das transformações em curso.

GRÁFICO 1
Faturamento Comércio Eletrônico
Brasil (Em R\$ bilhões)



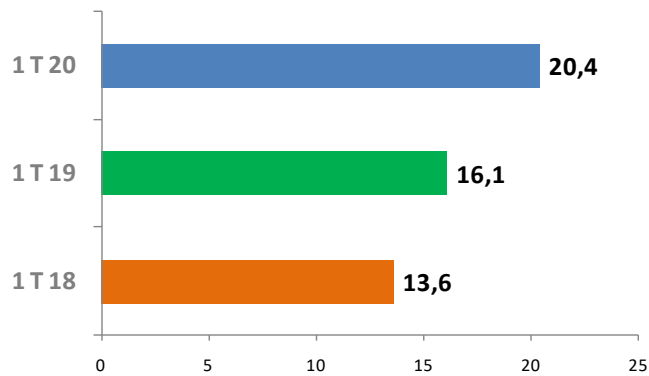
Fonte: Relatório NeoTrust/E-commerceBrasil
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 2
Número de Pedidos Comércio Eletrônico
Brasil (em milhões)



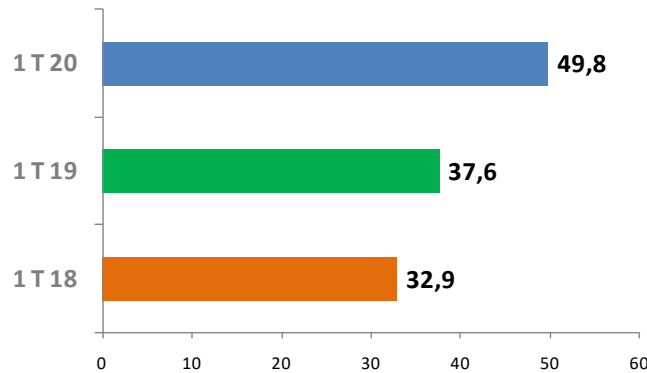
Fonte: Relatório NeoTrust/E-commerceBrasil
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 3
Faturamento Comércio Eletrônico
Brasil (Em R\$ bilhões)



Fonte: Relatório NeoTrust/E-commerceBrasil
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 4
Número de Pedidos Comércio Eletrônico
Brasil (em milhões)



Fonte: Relatório NeoTrust/E-commerceBrasil
Elaboração: DIEESE

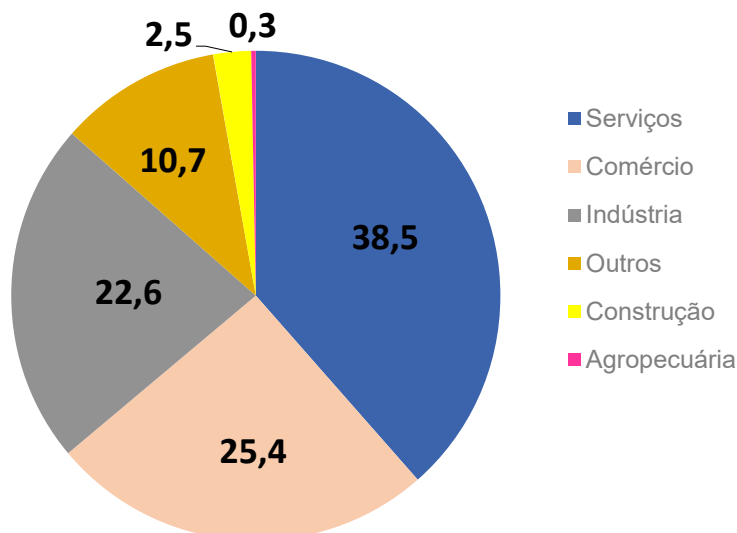
O comércio é o segundo setor em número de trabalhadores com redução de jornada/salário ou suspensão de contrato (MP 936)

Dos cerca de 10 milhões de trabalhadores atingidos pela Medida Provisória 936 (MP 936), que dentre outras medidas prevê a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução de jornada/salário⁵ por até 90 dias, cerca de 2,5 milhões são do comércio, ficando atrás somente do setor de serviços (3,8 milhões) (Gráfico 5).

⁵ Acesse a calculadora desenvolvida pelo DIEESE para simular o impacto das medidas sobre a remuneração do trabalhador:

<https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/apresentacaoCalculadoraMP936.html>

GRÁFICO 5
Número de trabalhadores com suspensão de contrato ou redução de jornada/salário (MP 936)
Brasil (em %)



Fonte: Ministério da Economia
Obs: Dados registrados até 10/06/2020
Elaboração: DIEESE

Em levantamento realizado pelo DIEESE, no estudo intitulado *Acordos negociados pelas entidades sindicais para enfrentar a pandemia do coronavírus - covid 19*, é possível verificar que, para além das suspensões de contrato de trabalho e redução da jornada/salário, outros temas também foram tratados nas negociações coletivas, tais como: regras sanitárias nos locais de trabalho; fornecimento de equipamentos de proteção coletiva (EPCs) e individual (EPIs) adequados; licenças remuneradas e não remuneradas; teletrabalho e trabalho remoto (*home office*); e, férias individuais ou coletivas.

No comércio foram encontradas 429 cláusulas (registradas no sistema mediador do Ministério da Economia) que visam preservar a saúde dos trabalhadores e reduzir os danos causados ao emprego e à renda. Estima-se que, deste total, cerca de 20,0% das

cláusulas pesquisadas se referiam à suspensão de contratos e à redução da jornada e dos salários.

O comércio é o setor com mais vagas fechadas em 2020

Dentre os setores econômicos, o comércio liderou o fechamento de vagas em 2020. **Entre janeiro e maio, foram encerrados 446 mil empregos formais no setor,** conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (Tabela 3).

O saldo entre admissões e desligamentos, só em abril, mês com o pior resultado, foi de -280.716 (Gráfico 6).

No acumulado no ano, até maio, os estados de São Paulo (-142.300), Rio de Janeiro (-55.517), Minas Gerais (-48.081), e Rio Grande do Sul (-33.310) registraram os maiores números de fechamento de postos de trabalho no comércio (Tabela 4).

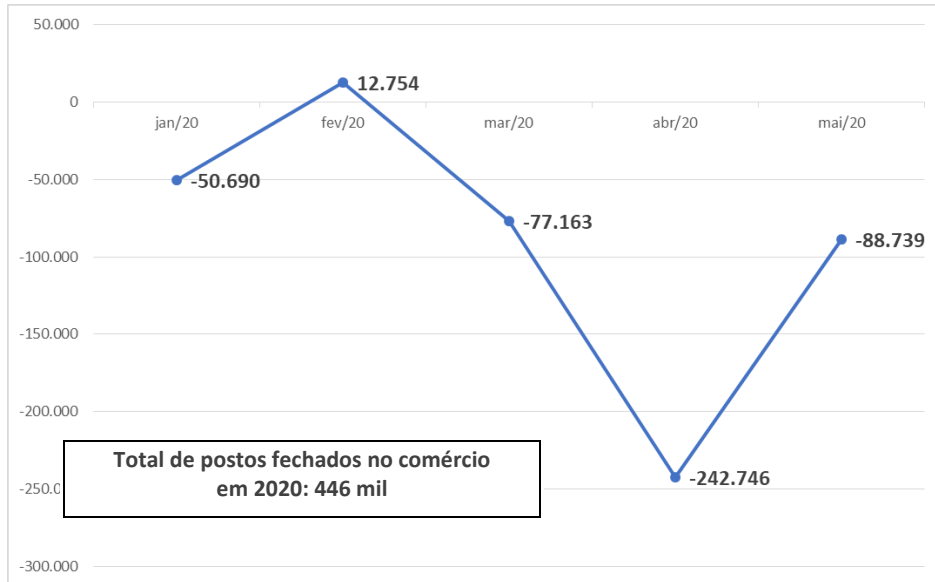
TABELA 3
Saldo do emprego formal por setor econômico – Brasil - Jan a Mai – 2020

Atividades econômicas	Acumulado no ano com ajuste		
	Admissões	Desligamentos	Saldo
TOTAL	5.766.174	6.911.049	-1.144.875
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	348.848	323.418	25.430
Indústria geral	944.118	1.180.528	-236.410
Construção	573.732	618.379	-44.647
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.260.999	1.707.583	-446.584
Serviços	2.638.477	3.081.057	-442.580
Não identificado	0	84	-84

Fonte: Caged, Ministério da Economia. Extraído em 02/07/2020

Elaboração DIEESE

GRÁFICO 6
Saldo do emprego formal COMÉRCIO – Brasil – Jan a Mai – 2020



Fonte: Caged, Ministério da Economia. Extraído em 02/07/2020
Elaboração: DIEESE

TABELA 4
Saldo do emprego formal no COMÉRCIO por Unidade da Federação – Brasil – Jan a Mai – 2020

Unidades da Federação	Grupamento de atividade econômica	
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Total (todos os setores)
Rondônia	-3.384	-5.449
Acre	-383	1.327
Amazonas	-4.066	-14.190
Roraima	-752	-323
Pará	-5.120	-9.446
Amapá	-670	-1.449
Tocantins	-1.801	-2.224
Maranhão	-4.065	-5.383
Piauí	-2.356	-8.554
Ceará	-13.157	-37.389
Rio Grande do Norte	-3.284	-16.742
Paraíba	-3.918	-18.654
Pernambuco	-15.031	-63.558
Alagoas	-3.400	-29.097
Sergipe	-2.865	-13.040
Bahia	-17.532	-56.218
Minas Gerais	-48.081	-111.555
Espírito Santo	-9.733	-25.819
Rio de Janeiro	-55.517	-164.226
São Paulo	-142.300	-339.554
Paraná	-25.224	-47.696
Santa Catarina	-24.866	-54.988
Rio Grande do Sul	-33.310	-86.560
Mato Grosso do Sul	-3.595	-1.315
Mato Grosso	-3.665	-1.978
Góias	-9.570	-7.268
Distrito Federal	-8.948	-23.684
Nao identificado	9	157
TOTAL	-446.584	-1.144.875

Fonte: Caged, Ministério da Economia. Extraído em 02/07/2020

Elaboração: DIEESE

33% dos comerciários estão na informalidade

Segundo os dados da PNADc/IBGE, os trabalhadores ocupados no comércio somavam **15,6 milhões no 1º trimestre de 2020 e correspondiam a 16,9% do total de ocupados no Brasil**. Na comparação com o total verificado no 1º trimestre de 2019 (15,8 milhões), observa-se uma queda de 1,2% no total de ocupados no setor, com diminuição de 187 mil comerciários (Tabela 5).

TABELA 5
Estimativa de Ocupados no Comércio - Brasil- 1º trim 2019 e 1º trim 2020

Indicadores	1º trimestre de 2019	1º trimestre de 2020	Varição (%)
Estimativa de ocupados no Comércio (em 1.000 pessoas)	15.808	15.621	-1,20%
Proporção de ocupados no Comércio no total de ocupados (em %)	17,2	16,9	-0,3 pp

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Exclui manutenção e reparação de veículos automotores.

Elaboração: DIEESE

Dos 15,6 milhões de comerciários no Brasil, **33% estavam na informalidade**, cerca de 5 milhões de trabalhadores, que enfrentavam uma situação de instabilidade, insegurança e precariedade, em ocupações sem carteira assinada ou trabalhando por conta própria e como autônomos, sem proteção social ou acesso aos direitos garantidos pela Previdência Social, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho negociados pelos sindicatos dos trabalhadores.

São trabalhadores que não conseguem contribuir para Previdência Social, não têm direito ao auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por incapacidade permanente, não deixam pensão para os dependentes em caso de morte, não recebem seguro-desemprego, FGTS, 13º salário, férias, vale-transporte, hora extra, adicional noturno, auxílio-alimentação, PLR e todos os outros direitos estabelecidos em lei ou em

instrumentos coletivos decorrentes das negociações coletivas conduzidas pelos sindicatos.

TABELA 6
Estimativa de Ocupados no Comércio por segmento - Brasil- 1º trim 2019 e 1º trim 2020

(em 1.000 pessoas)

Segmento	1º trimestre de 2019	1º trimestre de 2020	Part.%	Varição%
Total de ocupados no Comércio	15.808	15.621	100%	-1,2%
Comércio de veículos automotores	369	406	2,6%	10,0%
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	358	378	2,4%	5,6%
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	260	243	1,6%	-6,5%
Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	209	163	1,0%	-22,0%
Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	163	151	1,0%	-7,4%
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	3.659	3.456	22,1%	-5,5%
Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armarinho	148	199	1,3%	34,5%
Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem	2.051	2.059	13,2%	0,4%
Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	968	986	6,3%	1,9%
Comércio de combustíveis para veículos automotores	436	435	2,8%	-0,2%
Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria	1.451	1.458	9,3%	0,5%
Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	189	186	1,2%	-1,6%
Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	865	849	5,4%	-1,8%
Comércio de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação	202	195	1,2%	-3,5%
Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos	230	227	1,5%	-1,3%
Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores	147	196	1,3%	33,3%
Comércio de produtos usados	(2)	(2)	0,0%	0,0%
Comercio de resíduos e sucatas	(2)	149	1,0%	
Comércio de produtos novos não especificados anteriormente	1.001	1.006	6,4%	0,5%
Supermercado e hipermercado	1.926	1.887	12,1%	-2,0%
Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância de produtos alimentícios	158	165	1,1%	4,4%
Comércio ambulante e feiras	908	793	5,1%	-12,7%

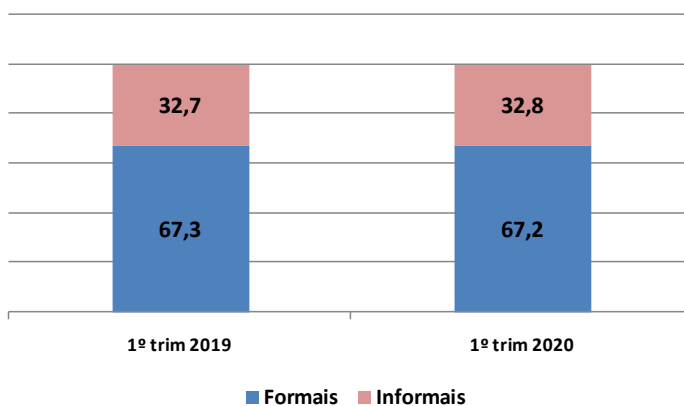
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Exclusive manutenção e reparação de veículos automotores.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 7
Proporção de ocupados formais e informais no Comércio
Brasil- 1º trim 2019 e 1º trim 2020



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
(1) Exclui manutenção e reparação de veículos automotores PNADc/IBG
Elaboração: DIEESE

Nota-se que o percentual de ocupados na informalidade permaneceu relativamente estável na comparação do 1º trimestre de 2020 com o mesmo período do ano anterior. A proporção de ocupados informais manteve-se praticamente a mesma, persistindo em um patamar elevado, de quase 1/3 do total de ocupados no setor.

O baixo dinamismo da economia, as medidas de austeridade fiscal e a redução dos investimentos públicos, assim como as reformas trabalhistas, aprofundaram ainda mais as elevadas taxas de informalidade. Com as previsões de recessão profunda e fraco desempenho da economia brasileira, para curto e médio prazo, a tendência é o contingente de trabalhadores sem registro legal ainda aumentar. Daí, a necessidade de medidas governamentais que garantam proteção social e amenizem os efeitos da crise sobre os trabalhadores mais vulneráveis e de grande representatividade no setor.

Em relação às taxas de formalização por segmento, a menor é a do Comércio ambulante e feiras (16,2%), seguida de Comércio manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios (50,1%) e Comércio de produtos alimentícios e bebidas (56,0%). No sentido oposto, os segmentos com as maiores taxas de formalização foram Comércio de combustíveis para veículos automotores (93,1%);

Comércio de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos, exceto Eletrodomésticos (92,1%); e, Supermercado e hipermercado (91,0%).

TABELA 7
Taxa de Formalização por Segmento do Comércio
Brasil - 1º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020

(em %)

Segmento	1º trimestre de 2019	1º trimestre de 2020
Total de ocupados no Comércio	67,3	67,2
Comércio de veículos automotores	75,3	77,2
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	85,9	84,2
Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	55,3	50,1
Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	67,3	72,4
Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	78,4	72,5
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	57,0	56,0
Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armarinho	68,4	68,5
Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem	65,3	64,6
Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	81,1	80,2
Comércio de combustíveis para veículos automotores	90,4	93,1
Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria	60,1	60,2
Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	69,9	71,7
Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	81,0	81,2
Comércio de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação	77,6	77,7
Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos	89,9	92,1
Comércio de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto para veículos automotores	76,0	70,8
Comércio de produtos usados	(2)	(2)
Comercio de residuos e sucatas	(2)	(2)
Comércio de produtos novos não especificados anteriormente	73,9	70,5
Supermercado e hipermercado	89,0	91,0
Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância de produtos alimentícios	78,9	81,0
Comércio ambulante e feiras	16,4	16,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Exclusive manutenção e reparação de veículos automotores.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Elaboração DIEESE

Em relação aos rendimentos, os ocupados no setor receberam em média R\$ 1.936,00 no 1º trimestre de 2020, valor 1,1% ou R\$ 22,00 maior do que o pago no 1º trimestre de 2019. No entanto, o exame dos dados do rendimento médio desagregados, de acordo com a qualidade da inserção ocupacional, revela que o rendimento dos trabalhadores informais do Comércio (R\$ 1.149,00) é praticamente a metade do rendimento pago aos trabalhadores em ocupações formais no setor (R\$ 2.292,00) (Tabela 8).

TABELA 8
Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelos ocupados formais e informais (1) no Comércio (2)
Brasil - 1º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020

(em R\$)		
Ocupados no Comércio	1º trimestre de 2019	1º trimestre de 2020
Total	1.914	1.936
Formais	2.265	2.292
Informais	1.118	1.149
Redimento do Informal em relação ao formal	49,4%	50,1%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

(1) Foram considerados como trabalhadores informais os que não contribuíam com a Previdência nas seguintes posições ocupacionais: assalariados do setor privado sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, conta própria e trabalhadores familiares auxiliares.

(2) Excluído manutenção e reparação de veículos automotores.

Elaboração DIEESE

26% dos pedidos de seguro-desemprego são do comércio

Conforme dados do Ministério da Economia, o número de pedidos de seguro-desemprego, considerando todos os setores, acumulado de janeiro até maio deste ano, foi de 3.297.396, um crescimento de 12,4% (363.502 pedidos) frente a igual período de 2019, quando foram registrados 2.933.894 requerimentos (Tabela 9).

No mês de maio, o aumento foi de 53%, com 960.268 solicitações de seguro-desemprego contra 627.779 verificadas em maio de 2019 (Tabela 10). Desse total, **25,8%**

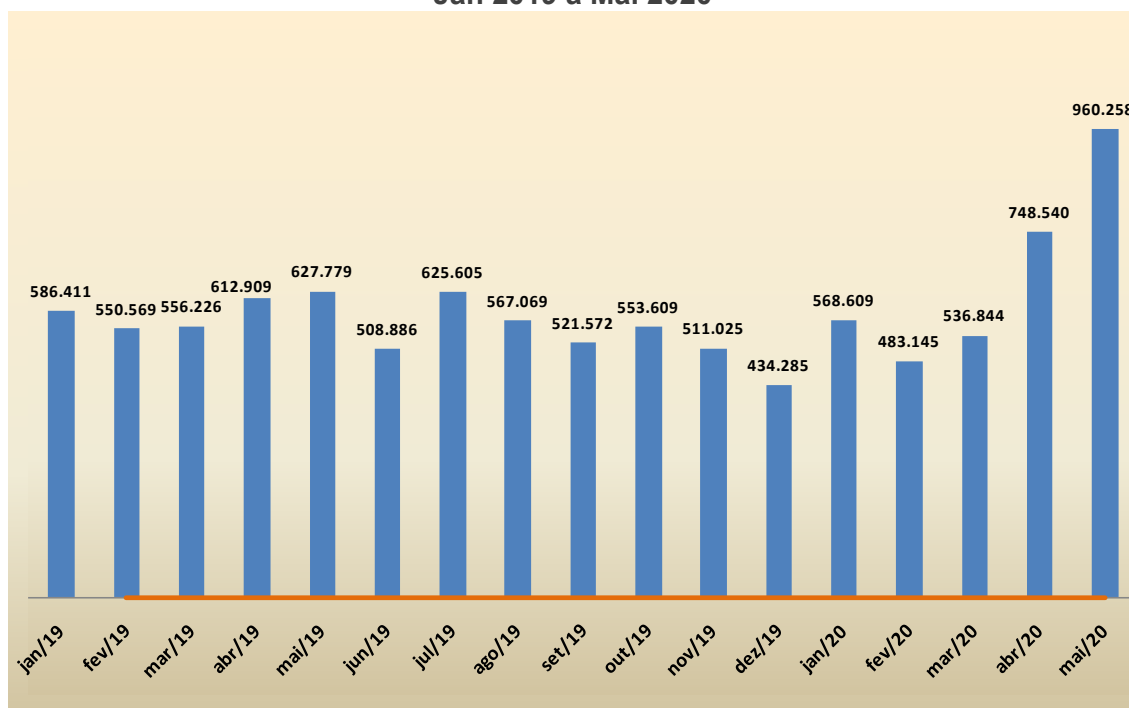
corresponde ao setor do comércio, somando 248.084 pedidos no mês, uma alta de 19,8% frente a abril de 2020 e de 35,7% em relação a maio de 2019.

TABELA 9
Número de Pedidos de Seguro-Desemprego, todos os setores - Brasil
Acumulado Janeiro a Maio de 2019 e 2020

Quantidade de Requerimentos	Acumulados		Variação em relação ao ano anterior	
	No ano 2019	No ano 2020	Abs.	%
Total	2.933.894	3.297.396	363.502	12,40%
Presencial	2.889.467	1.644.356	-1.245.111	43,10%
Via Web	44.427	1.653.040	1.608.613	3620,80%
% de requerimentos via Web	1,50%	50,10%	-	-

Fonte: Ministério da Economia
Elaboração DIEESE

GRÁFICO 8
Número de Pedidos de Seguro-Desemprego, todos os setores - Brasil
Jan 2019 a Mai 2020



Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: DIEESE

TABELA 10
Número de Pedidos de Seguro-Desemprego por Setor - Brasil
Maio 2019, Abril 2020 e Maio 2020

Grupamento de Atividades Econômicas	Maio - 2019	Abril - 2020	Maio-2020		Variação Maio 2020/Abril 2020 (%)	Variação Maio 2020/Maio 2019 (%)
	Qtd.	Qtd.	Qtd.	Proporção (%)		
Total	627.779	748.540	960.258	100,0%	28,3%	53,0%
Agropecuária	31.066	27.377	32.727	3,4%	19,5%	5,3%
Indústria	109.154	148.905	196.940	20,5%	32,3%	80,4%
Indústrias de transformação	103.758	143.595	189.820	19,8%	32,2%	82,9%
Construção	60.247	53.833	78.773	8,2%	46,3%	30,8%
Comércio	182.820	207.161	248.084	25,8%	19,8%	35,7%
Serviços	241.929	311.236	403.698	42,0%	29,7%	66,9%
Transporte, armazenagem e correio	36.541	41.324	59.318	6,2%	43,5%	62,3%
Alojamento e alimentação	44.376	85.530	111.165	11,6%	30,0%	150,5%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias,	108.749	122.492	154.687	16,1%	26,3%	42,2%
Administração pública, defesa e seguridade social, educação,	34.066	37.747	48.806	5,1%	29,3%	43,3%
Serviços domésticos	78	48	82	0,0%	70,8%	5,1%
Outros serviços*	18.119	24.095	29.640	3,1%	23,0%	63,6%
Ignorado	2.563	28	36	0,0%	28,6%	-98,6%

Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: DIEESE

TABELA 11
Número de Pedidos de Seguro-Desemprego por UF - Brasil
Maio 2019, Abril 2020 e Maio 2020

Geográfico (UF de Demissão)				Part. %	Var Mai20/Abr20	Var Mai20/Mai19
	mai/19	abr/20	mai/20			
BRASIL	627.779	748.540	960.258	100%	28,3%	53,0%
ACRE	1.516	1.293	1.372	0,1%	6,1%	-9,5%
ALAGOAS	7.177	5.687	8.247	0,9%	45,0%	14,9%
AMAPA	1.246	918	1.321	0,1%	43,9%	6,0%
AMAZONAS	6.769	6.537	10.111	1,1%	54,7%	49,4%
BAHIA	28.927	34.866	48.076	5,0%	37,9%	66,2%
CEARA	20.058	26.204	32.934	3,4%	25,7%	64,2%
DISTRITO FEDERAL	10.947	14.522	19.520	2,0%	34,4%	78,3%
ESPIRITO SANTO	11.966	13.295	18.160	1,9%	36,6%	51,8%
GOIAS	23.365	24.659	32.325	3,4%	31,1%	38,3%
MARANHAO	8.182	7.268	9.675	1,0%	33,1%	18,2%
MATO GROSSO	12.908	12.874	16.708	1,7%	29,8%	29,4%
MATO GROSSO DO SUL	8.917	10.746	10.807	1,1%	0,6%	21,2%
MINAS GERAIS	69.530	86.020	103.329	10,8%	20,1%	48,6%
PARA	12.930	12.071	14.303	1,5%	18,5%	10,6%
PARAIBA	6.202	7.728	10.514	1,1%	36,1%	69,5%
PARANA	41.205	51.121	62.634	6,5%	22,5%	52,0%
PERNAMBUCO	21.339	25.254	31.838	3,3%	26,1%	49,2%
PIAUI	4.833	5.259	7.071	0,7%	34,5%	46,3%
RIO DE JANEIRO	49.473	58.946	82.584	8,6%	40,1%	66,9%
RIO GRANDE DO NORTE	7.350	8.711	10.526	1,1%	20,8%	43,2%
RIO GRANDE DO SUL	39.238	53.056	66.820	7,0%	25,9%	70,3%
RONDONIA	4.781	4.847	5.788	0,6%	19,4%	21,1%
RORAIMA	1.073	936	1.099	0,1%	17,4%	2,4%
SANTA CATARINA	30.085	45.577	56.202	5,9%	23,3%	86,8%
SAO PAULO	187.019	217.260	281.360	29,3%	29,5%	50,4%
SERGIPE	4.171	4.747	6.101	0,6%	28,5%	46,3%
TOCANTINS	3.359	3.209	4.263	0,4%	32,8%	26,9%
IGNORADO	3.213	4.929	6.570	0,7%	33,3%	104,5%

Fonte: Ministério da Economia
Elaboração: DIEESE

Cerca de 30% dos pedidos são do Estado de São Paulo, totalizando 281.360 requerimentos, o que representa um crescimento de 29,5% em relação a abril de 2020.

Quando se compara com o mesmo mês do ano anterior, verifica-se que o aumento foi de 50,4% (Tabela 11).

Embora tenha-se pouco menos de três meses da implantação da política de distanciamento (já com afrouxamento em várias localidades), e cerca de dois meses da entrada em vigor das medidas lançadas (MP 926, MP 944, Lei 13.982, entre outras) pelo governo federal para minorar os efeitos da crise pandêmica nas empresas, no emprego e na renda, esses números são indicativos de que a crise no mercado de trabalho será severa e o desemprego deve aumentar significativamente em 2020.

As diversas projeções acerca do desempenho da economia brasileira em 2020 indicam que a queda do PIB pode ser superior a 8%, a depender das premissas consideradas em relação às medidas adotadas ou das que poderiam ser adotadas pelo governo federal para o enfrentamento da Pandemia da covid-19. A partir dessas estimativas do produto, há também projeções quanto ao comportamento do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem crescido continuamente ao longo de 2020, e as estimativas sugerem que esse movimento continue até o final do ano, podendo adicionar mais 4,4 milhões de desempregados, segundo estimativas do DIEESE, aos 12,8 milhões de desempregados (Abril, PNAD/IBGE). Contudo, há projeções mais pessimistas indicando que o Brasil pode ter um acréscimo de mais de 5 milhões de desempregados, ou seja, o país pode chegar ao final do ano com cerca de 18 milhões de desocupados.

Considerando essas projeções de desempenho da economia e do mercado de trabalho brasileiro, é de se esperar que o número de pessoas que vão solicitar o seguro-desemprego deve aumentar consideravelmente em 2020.

Considerações Finais

Assim como outros indicadores têm revelado, os dados relativos ao setor do comércio, expressos neste EP, mostram que se não houver a ampliação das medidas adotadas pelo governo federal, ou mesmo a implementação de novas medidas voltadas

para a proteção do emprego, da renda e do crédito para as empresas (pois não basta ter linha de crédito, precisa fazer chegar às empresas), particularmente para as micro e pequenas, o Brasil vai assistir ao desaparecimento de milhares de pequenos negócios, que são fundamentais para a manutenção do emprego e não raro a única fonte de renda de milhares de famílias.

Essas medidas são necessárias para todos os setores. Contudo, como uma característica fundamental do comércio é o grande número de micro e pequenos estabelecimentos de caráter familiar, elas se tornam imprescindíveis para o setor.

Ademais, no comércio há um agravante, que é o expressivo contingente de trabalhadores na informalidade, cerca de 1/3 (um terço), o que torna a situação mais dramática uma vez que esses trabalhadores perderam praticamente toda a renda com a pandemia. A esse quadro deve ser agregado o desemprego no setor, pois só no período de janeiro a maio de 2020 foram fechados 446 mil postos de trabalho formais.

Em decorrência dessa situação, observa-se um grande volume de pedidos de seguro-desemprego; entre janeiro e maio de 2020, do total de solicitações, 26% (248 mil) foram de trabalhadores desempregados do comércio. Em maio de 2020, houve um crescimento de cerca de 36% no número de pedidos de seguro-desemprego quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. Na comparação de maio com abril de 2020, o aumento nos pedidos foi em torno de 20%.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é que dos mais de 10 milhões de trabalhadores atingidos pela MP 936, seja com a suspensão de contratos por até 60 dias ou a redução da jornada de trabalho por até 90 dias, cerca de 2,5 milhões são trabalhadores do comércio.

Finalmente, cabe observar que as vendas no comércio, que já vinham fracas em razão do desemprego e da pouca renda disponível, despencaram em abril, registrando uma queda de 17,5% em relação a março de 2020 e um recuo de 27% comparativamente a abril de 2019; a maior queda na série histórica iniciada em 2004, conforme revela a PMC do IBGE. Em contrapartida, as vendas *on-line* registraram excelente desempenho,

embaladas pelo isolamento social, a ponto de, no 1º trimestre de 2020, o faturamento ter crescido cerca de 27% em relação a igual período do ano anterior. Tendência que já vinha sendo observada nos últimos anos, mas que se acelera e intensifica com a covid-19, aumentando o desafio para manutenção e geração de empregos no setor do comércio.

Rua Aurora, 957 - 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo - SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior - Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira - Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri - Diretora Adjunta

Equipe técnica

Daniela Sandi

Edgar Rodrigues Fusaro

Fabiana Campelo

Jose Silvestre Prado de Oliveira (revisão técnica)

Victor G. Pagani (revisão técnica)

Carla Maria Bernardelli Massabki (revisão)